

O CONTROVERTIDO PERCURSO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – ESTUDO DE CASO NO IFPB

Márcia Gardênia Lustosa Pires

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – gardenialustosa@yahoo.com.br(1).

Maria Anita Vieira Lustosa

Universidade Federal do Ceará (UFC),

anita_lustosa@hotmail.com(2).

Co-autor: Francisca Geny Lustosa

Universidade Federal do Ceará (UFC),

Franciscageny@yahoo.com.br

Tânia Serra Azul Machado Bezerra

Universidade Estadual do Ceará (UECE),

taniasamb@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise da relação trabalho e educação no contexto político educacional brasileiro, a partir da implementação de processos formativos que configuram novas tendências de escolarização, orientadas pelas atuais demandas de reestruturação produtiva, em curso no cenário contemporâneo. Para tanto, situa as mais recentes mudanças legais que efetivam a reorganização do ensino nos cursos técnicos profissionalizantes dos Institutos Federais (IFs), em nosso país, com recorte para o Instituto Federal da Paraíba, *Campus Campina Grande, lócus* de nossa investigação. Para fins de análise nos ancoramos em uma visão histórica da educação, buscando contribuir com o debate existente no âmbito político/educacional brasileiro, apresentando as mudanças na oferta do ensino dos IFs, e na formação dos trabalhadores no Brasil. As conclusões desse estudo constituem resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento e apontam, no que tange as políticas públicas de formação profissional no Brasil, para um crescente interesse político na formação dos trabalhadores, que reacende a problemática recorrente sobre a dicotomia saber/fazer.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Formação dos Trabalhadores, Qualificação Profissional, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a problemática da educação/formação dos trabalhadores, a partir do que se evidencia como novas tendências de escolarização/qualificação profissional, demandadas no contexto das transformações operadas no capitalismo tardio (2002), em diversos âmbitos: político, econômico, cultural e social mais amplo.

Em face ao atual contexto, importa-nos para esse estudo investigar as novas tendências na formação dos trabalhadores, no Brasil, buscando perceber as mais recentes mudanças legais que efetivam a reorganização do ensino nos cursos técnicos profissionalizantes dos Institutos Federais (IFs), em nosso país, com recorte para o Instituto Federal da Paraíba, *Campus Campina Grande, lócus* de nossa

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

investigação. Para fins de realização desse estudo nos ancoramos em uma visão histórica de educação, buscando refletir sobre a importante atuação dos IFs na formação dos trabalhadores no Brasil, bem como melhor conhecer as mudanças mais recentes que influenciam na oferta do ensino desta instituição.

A justificativa de realização desse estudo se verifica em virtude da insurgência de diversos cursos e programas instituídos por parte do governo federal, de caráter profissionalizante, bem como por se verificar mudanças no período de escolarização do ensino ofertado em nível médio integrado ao técnico, com uma redução no tempo de escolarização dos alunos dos IFs, que trazem implicações significativas para a formação dos jovens.

Situamos, nos limites desse estudo uma análise, ainda que breve, sobre a predominância, em nossa sociedade, de estratégias político-ideológicas que investem em experiências de escolarização para os trabalhadores voltadas a disseminar ideais dominantes de adequação da classe trabalhadora aos novos ditames da produção. Dentre as diversas modalidades de formação/escolarização atualmente implementadas em nossa sociedade, direcionadas às grandes massas de trabalhadores e amplamente divulgados pelo governo federal, destacamos, por exemplo o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que configuram condições específicas nas quais se efetiva a falaciosa ampliação do acesso dos trabalhadores à escola. Com efeito, essa tendência no campo da qualificação dos trabalhadores afeta o contexto dos IFs, que ao aderirem a alguns programas do Governo, conformam uma nova realidade institucional.

Assim, a relevância acadêmica e social desse estudo se verifica pela necessidade de melhor compreender os mais recentes fenômenos de redução do tempo de escolarização dos trabalhadores jovens, no sentido de desvelar as ideias que subjazem as tentativas de equalizar oportunidades de escolarização em um modelo social antagônico. Cumpre indagar, portanto, sobre as condições de escolarização dos jovens pertencentes ao segmento majoritário da população, em seus vieses mais recentes, notadamente nas experiências de ensino viabilizadas pelo escola pública em nosso país. Referido estudo tem, portanto, como objetivo desvelar as novas tendências evidenciadas no campo da educação profissional no Brasil, enquanto um fenômeno que se relaciona diretamente às importantes mudanças no cenário político do contexto societário recente.

O referencial teórico utilizado se ancora no legado de Marx (1993), e de estudiosos que corroboram a perspectiva de crítica a sociedade capitalista, como Mészáros (2009), Žižek (2009; 2012; 2013), Alves (2012), dentre outros. A seguir, situamos uma análise de alguns dos mais recentes programas do governo federal voltados a “formar para o trabalho” grandes massas de trabalhadores jovens, que configuram condições específicas de acesso dos trabalhadores a escola.

METODOLOGIA DO ESTUDO

Para fins metodológicos de realização de nossa pesquisa, evidenciamos que a mesma consiste em um estudo de natureza qualitativa, que contempla investigações de cunho bibliográfico, aliadas a uma incursão no campo de pesquisa. A pesquisa de campo teve como *locus* o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB-CG. As análises deste estudo ainda podem ser consideradas como resultados parciais de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, e apontam para uma diversidade de questões que demandam um maior tempo de análise sobre a complexa problemática na qual se inserem as políticas públicas de formação profissional no Brasil.

Resultados e Discussão: contradições, desafios e possibilidades da Educação Profissional no Brasil

Para fins de análise desse estudo nos ancoramos em uma visão histórica de educação, buscando relacionar as exigências impostas à educação e à escola, relacionadas ao contexto específico (político e econômico) de cada época. Mormente, é preciso esforço teórico no sentido de compreender os interesses que subjazem ao atual momento social no qual muitas são as exigências impostas aos sujeitos na chamada sociedade da informação e do conhecimento, em face as mudanças operadas no eixo da produção da vida material.

Os novos ambientes de trabalho reestruturados compostos por um sistema de máquinas de natureza informacional (máquinas inteligentes) incorporadas a redes digitais, que exigem dos novos operadores habilidades técnico-comportamentais. Por isso tornam-se visíveis alterações no perfil educacional dos novos empregados nas grandes empresas da indústria ou serviços.

No campo tecnológico, esse fenômeno se caracteriza por ser resultado de uma constante inovação de meios tecnológicos não necessariamente acessíveis todas as pessoas, seja por questões geográficas ou por má distribuição de recursos financeiros, como ocorre no Brasil. Observamos que as exigências da era digital submetem as pessoas a se adequarem as imposições demandadas pela necessidade de aquisição de novos conhecimentos no campo da produção, bem como em outros âmbitos da vida em sociedade.

Hoje é indispensável se obter o saber específico utilizado na operação de máquinas cada vez mais modernas, posto ser esse novo conhecimento necessário ao novo mundo do trabalho na era da globalização. O novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário. O discurso da competência implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção.

Os novos locais de trabalhos reestruturados da década de 2000 vivem sob o espírito do toyotismo. A capacidade de intervenção dos operadores na produção é o princípio toyotista da “autonomização”, isto é, operários e empregados capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-los. (ALVES, 2011).

Atualmente a tecnologia está cada vez mais presente no âmbito da produção. No entanto, mesmo diante das aparentes facilidades apresentadas por uma sociedade de modelo consumista, o que se observa é que nem todos participam da mesma realidade de acesso aos benesses dos avanços científicos e de uma qualificação profissional que faça frente aos ditames de um modo de produção automatizado.

Buscando contribuir para adequar os trabalhadores as exigências da nova ordem da produção são evidenciadas ações diversas na tentativa de capacitar os trabalhadores jovens para o mundo do trabalho da era do mundo digital, fazendo com que, de certa forma, os indivíduos que não tem acesso ou participam minimamente desse processo, aprendam novos conhecimentos nessa área, desenvolvendo competências e habilidades para aplicarem em sua vida pessoal e profissional.

Assim, nesse cenário são necessárias novas competências e habilidades para o indivíduo se inserir no mundo do trabalho de uma sociedade informatizada, que exige conhecimentos específicos e essenciais a qualificação do mercado de trabalho da era da globalização. Os novos trabalhadores da Era Informacional, características como “geração Y”, são caracterizados por jovens nascidos na “era da Internet”,

contemporâneos da revolução digital e que na década de 2000 entram no mercado de trabalho, que apresentam novas habilidades como: facilidade e uso constante de mídias informacionais.

São os chamados jovens da “geração digital”, especialistas em lidar com tecnologias, que usam mídias sociais com facilidade, sabem trabalhar em rede e estão sempre conectados. Esses novos operários e empregados “[...] que se inserem nos locais de trabalho reestruturados na década de 2000 são a primeira geração do mundo do trabalho advinda da era da Internet. Eles tendem a não estranhar o uso das novas tecnologias microeletrônicas”. (ALVES, 2012). São jovens que incorporam com mais facilidade as mudanças tecnológicas do que as gerações passadas.

Cumprindo indagar, todavia, sobre as reais possibilidades de formação/qualificação que vem sendo favorecidas às grandes massas dos trabalhadores jovens em nosso país. Assim, cumpre investigar de forma mais detida sobre qual tipo de formação os jovens trabalhadores recebem e para qual mundo do trabalho estão sendo qualificados, uma vez que a imperiosa necessidade propagada pelo mercado de atendimento às demandas de produção se concretiza em esforços para que se programem na sociedade contemporânea modalidades de educação destinadas a elevar o nível de escolarização das massas trabalhadoras com o objetivo de atender às “novas” exigências do trabalho.

O debate sobre as atuais demandas postas pela sociedade passa necessariamente pela criação de Leis, planos e Programas voltados à escolarização dos trabalhadores jovens em nosso país. A esse respeito tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – (LDB) 9394/96; e o Decreto 2.208/1997, revogado pelo Decreto 5.154/2004; o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), dentre outras tendências postas em prática no atual modelo de Política Pública de Educação praticada a partir dos anos 1990 no Brasil.

No que tange ao ensino profissionalizante, a legislação concernente a reformulação que vem passando a “Educação Profissional” – além da LDB, contempla os instrumentos que a complementaram, tais como decretos, portarias, pareceres, normas. Recentemente tem-se a promulgação dos Decretos 5.154, em 23 de julho de 2004, e 5.224; decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

Sobre o acesso a escolarização no Brasil verifica-se um crescimento da oferta de vagas na maioria das modalidades de ensino acompanhado do agravamento dos problemas que a ampliação do acesso à educação e a escola ocasionam em um país como o Brasil, afetado por graves problemas sociais como: desemprego,



trabalho infantil, violência, analfabetismo, degradação ambiental, dentre outros. (MEC; INEP).

O esforço por ampliar o acesso dos cidadãos à escola no campo da educação profissional, se traduz na concretização de uma política que se efetiva por meio de ações focais e contingentes, a exemplo dos seguintes programas¹: Programa Escola de Fábrica; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (**PROJOVEM**); Programa Nacional de Qualificação (PNQ); Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP); Programa de Integração da educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Programa Brasil Profissionalizado e Sistema E-TEC Brasil; E-JOVEM; Mulheres Mil; PRONATEC; **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; ETEC - Escola Técnica Aberta do Brasil; - Ensino Técnico Profissionalizante** (Ensino Médio Integrado ao Técnico dos Institutos Federais).

Em 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação dos Institutos Federais de Educação. Os objetivos anunciados são: inclusão social para populações em estado de vulnerabilidade social, através da educação para o trabalho e a qualificação profissional. A rede de Institutos Federais oferta cursos para públicos bastante heterogêneos que contemplam o Ensino Regular nas modalidades: Ensino Médio Integrado ao Técnico, Ensino Técnico Subsequente, Ensino Superior (tecnólogo) - PROEJA, PRONATEC, MULHERES MIL.

A oferta de novos Programas específicos de atendimento para as camadas historicamente excluídas de bens culturais e educacionais, relacionam-se as demandas da sociedade organizada, o avanço das forças produtivas, tecnológicas, econômicas, bem como os anseios dos profissionais de educação, dentre outros aspectos que impõe aos estudiosos da área trabalho e educação, a apreensão da correlação de forças entre a educação e a política, bem como as tendências que atuam e se impõem como necessidade ao desenvolvimento do capital no Brasil, nas condições históricas da crise estrutural do capital. Diversos estudiosos desse campo, a exemplo de Frigotto (*et al.*, 2004; 2005; 2006); Frigotto (2003); Ciavatta (2004); Ramos (2010); Kuenzer (1998), discutem exaustivamente os rumos dados à educação profissional no Brasil.

¹ Programa Escola de Fábrica, instituído pela Lei Nº 11.180 de setembro de 2005 (mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, vinculado ao Ministério da Educação – MEC) Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem (Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008). Programa Agente Jovem (Cartilha Ações do Governo Federal no Estado do Ceará, 2006 - material de campanha política). (83) 3322.3222

Destaca-se, portanto, o controvertido percurso entre as lutas da sociedade e as propostas do governo no campo da educação profissional. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a construção histórica da Política da educação Profissional, representa uma disputa entre os setores progressistas da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo. A regulamentação da educação profissional foi contestada pelas forças progressistas e assimilada pelos segmentos conservadores, de forma bastante contraditória, ocasionando um importante debate sobre os rumos dessa política. Cumpre, considerar, portanto, a perspectiva de uma educação/formação profissional que se apropria das novas tendências vigentes na gestão do modo de produção para formar o “novo homem” da Era do Conhecimento, no contexto da chamada acumulação flexível.

CONCLUSÃO

No âmbito das transformações sociais e tecnológicas evidenciadas na atual sociedade, muitas são as exigências impostas de adequação dos indivíduos aos novos ditames da era tecnológica. Buscando contribuir para adequar os trabalhadores as exigências da nova ordem da produção são evidenciadas ações diversas na tentativa de capacitar os trabalhadores jovens para o mundo do trabalho da era do mundo digital, fazendo com que, de certa forma, os indivíduos que não tem acesso ou participam minimamente desse processo, aprendam novos conhecimentos nessa área, desenvolvendo competências e habilidades para aplicarem em sua vida pessoal e profissional.

Neste sentido, é preciso compreender o processo de ensino também em sua relação com a produção material e ideológica. Tal fato impõe perceber que as novas tendências de escolarização/qualificação que emergem para formar os trabalhadores não podem ser analisados separados, ou desconectados do atual modelo de organização econômica de teor capitalista.

É possível apontar que a formação humana/qualificação profissional ofertadas aos jovens trabalhadores, por modelos de educação escolar e/ou formação profissional aligeiradas e superficiais, perpetuam o dualismo educacional, conformando uma escola de cultura geral para as classes dirigentes e uma escola do trabalho alienado para os jovens das classes populares, filhos dos trabalhadores.

Na realidade, o que se percebe é que vem ocorrendo historicamente a imposição de uma escolarização mínima para as grandes massas, que não favorece a um processo de emancipação. Mormente, percebemos uma forte implicação

ideológica de interesses hegemônicos, que configuram a escola como um espaço de contradições, no qual ao mesmo tempo em que se constitui como um *locus* privilegiado de repasse do saber socialmente construído, espaço favorável ao desenvolvimento intelectual dos indivíduos, opera também na conformação da ordem existente.

Em face do exposto, ressaltamos que na trama complexa das relações sociais do mundo contemporâneo, é preciso esforço para revelar as sutilezas da dominação, que ora se faz por uma via, ora por outra. Ao passo que a educação se constitui como um direito legitimado na sociedade contemporânea, esta é minimamente favorecida às grandes massas, por meio de programas pontuais e focalizados, com finalidades específicas.

Assim, a emergência do interesse político na formação dos trabalhadores no contexto da sociedade brasileira, reacende a problemática recorrente sobre a dicotomia saber/fazer operada desde a origem da sociedade industrial, revelando novos matizes do dualismo educacional nos marcos da sociedade contemporânea.

Não negamos aqui a importância da qualificação/formação para o trabalhador jovem, mormente quando, em tempos de capital mundializado, se verifica o incremento dos avanços tecnológicos na produção e no mercado. Mesmo, porém, considerando que a formação profissional seja um caminho importante para esses jovens participarem das atividades geradoras de renda, não desconsideramos a lógica predominante que responsabiliza os sujeitos, individualmente, pelo seu insucesso profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. ESTANQUE, Elísio (Orgs.) Trabalho, Juventude e Precariedade: Brasil e Portugal.- Bauru: Canal 6, 2012.

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. - Bauru: Canal 6, 2012.

BRASIL, Lei Nº- 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Brasília, 10 de junho de 2008.<Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm >. Acesso em: 20 de setembro de 2010.

BRASIL, Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002. Brasília, 30 de junho de 2005. <Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-06/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2010.



BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de Abril de 1997** (Revogado pelo Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 5.224 de 1º de outubro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso Em: 25/03/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 6.302, de 12 de Dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso Em: 25/03/2013.

BRASIL. **Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf. Acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades @**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 13 de dezembro 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações para o sistema público de emprego e renda** – dados por município. Disponível em: <http://bi.gov.br/caged>. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const>> Acesso em 2010.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394 de 02 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Ações Federais: 1995/2002 - Piauí**. Disponível em: www.açõesbrasil.pdf/br. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

CIAVATTA, Maria (Orgs.) **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

_____. CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. “A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido”. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-

1113, Especial - Out. 2005. SciELO, Brasil, 2005 – Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. CIAVATTA, Maria. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Orgs.) **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

_____, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5. ed. São Paulo: Cortez: 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005 1087 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 29/01/2015.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco, 2ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo, Ática, 2002.

_____. Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do tempo presente; tradução de Roberto Franco Valente. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KUENZER, Acácia. Desafios Teórico-Methodológicos da relação Trabalho-Educação e o Papel da Escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Volume I. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.